

***A TASK FORCE
ON CLIMATE
RELATED FINANCIAL
DISCLOSURES (TCFD)***

e a Indústria de
O&G no Contexto da
Transição Energética

O relatório aborda a **crecente importância** para as empresas de fornecer **informações claras e consistentes sobre riscos e oportunidades climáticas**. Esse impulso se deve ao **aumento dos eventos climáticos extremos** e ao **maior reconhecimento global** das relações entre atividades humanas e mudanças climáticas. A demanda por tal transparência é amplamente sustentada pela **adoção dos princípios ESG** (*Environmental, Social, and Governance*), que **estabelecem padrões** para a divulgação de práticas ambientais, sociais e de governança. Nesse contexto, a iniciativa **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)** se destaca, oferecendo **diretrizes essenciais** para que as empresas aprimorem a avaliação e **gestão de riscos e oportunidades climáticas** por meio da **divulgação financeira** relacionada ao clima. O relatório também sublinha a relevância dessas práticas especialmente para o setor de Óleo e Gás, destacando a imperativa **necessidade de adaptação às mudanças climáticas** e de uma **gestão eficaz dos impactos ambientais e financeiros** inerentes.



■ Introdução

*O aumento dos eventos climáticos extremos tem levado as instituições financeiras a exigir uma maior transparência das empresas em relação às suas **medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. Esse movimento é impulsionado tanto pelo setor público quanto pelo privado, à medida que **crece a conscientização** sobre a relação direta entre as atividades humanas e o aquecimento global. Como resultado, há uma pressão crescente para que as empresas **divulguem informações detalhadas** sobre os riscos climáticos em seus relatórios financeiros e de sustentabilidade.*

Neste contexto, a sigla **ESG** (*Environmental, Social, and Governance*), que representa os critérios ambientais, sociais e de governança, **emergiu como uma resposta estruturada** a essa demanda por transparência e responsabilidade. Os princípios ESG oferecem uma padronização nas divulgações, facilitando a comparabilidade e a consistência das informações divulgadas pelas empresas. Isso é particularmente valioso para os investidores, que buscam **identificar oportunidades de investimento** que estejam alinhadas com as questões de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Os marcos e padrões ESG se destacam como **pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável**. Eles englobam uma série de diretrizes que as empresas devem seguir para reportar suas práticas e impactos ambientais, sociais e de governança de maneira transparente e comparável. Essas diretrizes são essenciais para assegurar que as informações divulgadas sejam precisas e úteis para os investidores, reguladores e demais *stakeholders*.

A adoção de padrões ESG não apenas melhora a transparência, mas também **promove uma cultura empresarial mais responsável e resiliente**. As empresas que incorporam esses critérios em suas operações tendem a estar melhor preparadas para enfrentar os desafios associados às mudanças climáticas e outras questões ambientais e sociais. Além disso, essa abordagem contribui para a **criação de valor a longo prazo**, ao alinhar os interesses econômicos com a sustentabilidade.

Reguladores em várias regiões do mundo estão implementando políticas e diretrizes que incentivam ou até exigem a integração dos critérios ESG nos processos de tomada de decisão financeira. Isso reforça ainda mais a importância dessas práticas para a sustentabilidade futura dos negócios e da economia global.

O conceito de ESG, embora tenha se popularizado nos anos 2000, possui raízes que remontam às décadas de 1960 e 1970, períodos marcados por um crescente despertar para questões ambientais e sociais¹. Foi na década de 1990, porém, que fundamentos importantes foram estabelecidos, com eventos como a **Cúpula da Terra da ONU** em 1992, que convocou nações a mitigar as interferências humanas no sistema climático, dando início também a uma reunião anual dos participantes chamada **Conferência das Partes (COP)** para discutir detalhes e revisar metas². Esse período também testemunhou o surgimento de iniciativas como a **Global Reporting Initiative (GRI)** em 1997, que estabeleceu estruturas para relatórios de sustentabilidade, sinalizando um movimento inicial em direção à conscientização e prestação de contas.

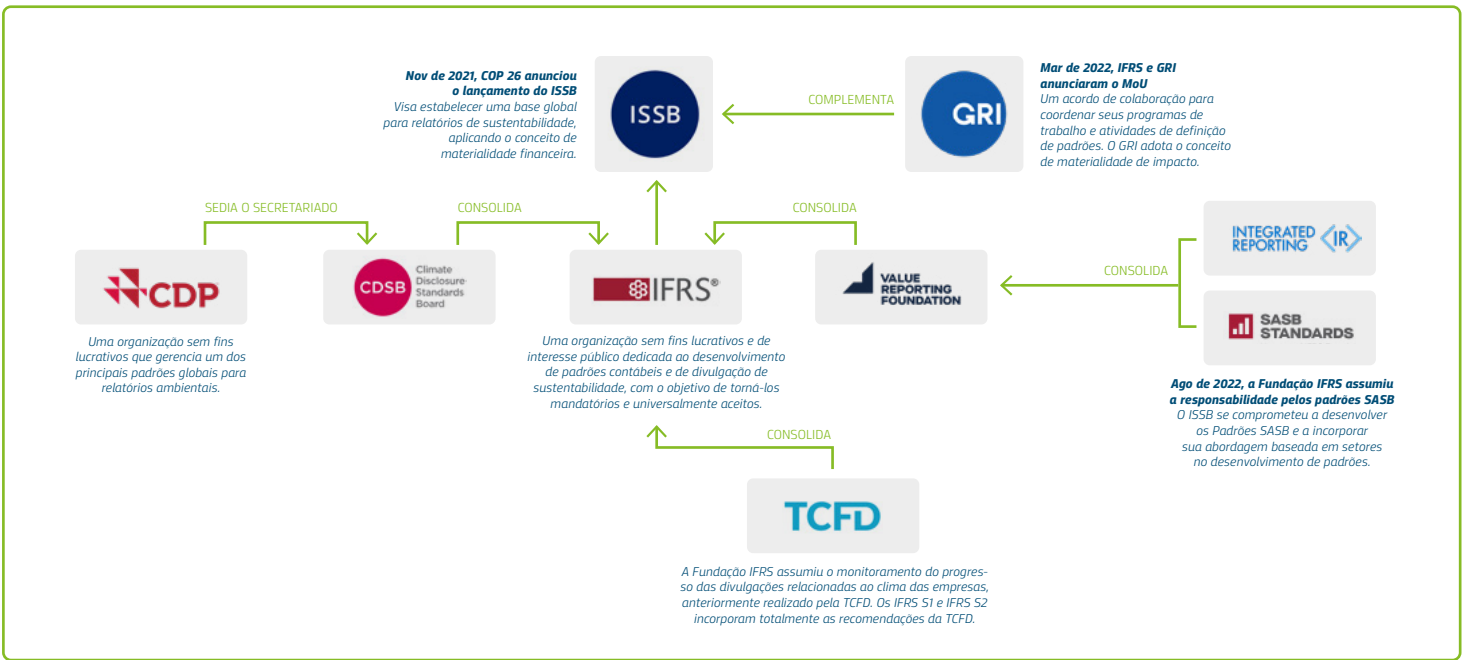


¹ WANG, 2023.
² BIATO, 2005.

Linha do tempo dos marcos ESG



2022



No início dos anos 2000, o ESG começou a ganhar destaque, com o lançamento dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) da ONU em 2006, refletindo um consenso crescente sobre a importância dos fatores ESG para investidores e empresas³. Essa década viu não apenas o crescimento do ativismo acionário relacionado ao ESG, mas também a introdução de indicadores de sustentabilidade e marcos de divulgação como o CDP, o *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) e o *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

A década de 2010 marcou uma integração ainda mais profunda dos princípios ESG nas estratégias corporativas, impulsionada por desenvolvimentos regulatórios e acordos globais, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A pedido dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20, o *Financial Stability Board* (FSB) convocou uma Força-tarefa (*Task Force*, em inglês) composto por especialistas da indústria de diversas organizações, incluindo grandes bancos, seguradoras, gestores de ativos, fundos de pensão, grandes empresas não financeiras, empresas de contabilidade e consultoria, e agências de classificação de crédito. O FSB criou a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* para desenvolver recomendações sobre os tipos de informações que as empresas devem divulgar para apoiar investidores, credores e seguradoras na avaliação e precificação adequada de relacionados às mudanças climáticas. Em 2017, a TCFD lançou as recomendações de divulgação financeira relacionadas ao clima projetadas para

ajudar as empresas a fornecerem informações melhores para apoiar a transparência de mercado e alocação de capital mais informada⁴.

A *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) tornou-se um dos marcos mais influentes na área de divulgação financeira relacionada ao clima. Em outubro de 2023, a TCFD foi encerrada após o entendimento de que havia cumprido seu propósito. A responsabilidade pelo monitoramento do progresso das divulgações relacionadas ao impacto das mudanças climáticas foi assumida pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), resultando nos padrões IFRS S1 e IFRS S2, que incorporaram integralmente as recomendações da TCFD.

Essas recomendações estão moldando profundamente a estrutura regulatória global e incentivando a adoção de práticas mais transparentes e responsáveis em relação às questões climáticas. Este movimento representa um passo significativo na direção de uma economia global mais resiliente, sustentável e com baixas emissões de carbono, alinhada com os objetivos do Acordo de Paris e as metas de desenvolvimento sustentável da ONU.

Dada sua importância, este artigo busca aprofundar a análise das recomendações da TCFD, apresentando seus objetivos e sua funcionalidade para o setor de Óleo e Gás. Através dessa análise, espera-se demonstrar como a integração dessas diretrizes pode promover uma gestão mais eficaz dos riscos e oportunidades climáticas, garantindo a sustentabilidade e a competitividade das empresas no longo prazo.

■ O que é TCFD?

A *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) é uma iniciativa internacional que estabelece recomendações para ajudar as empresas a divulgar informações financeiras relacionadas ao clima de maneira consistente e relevante. Essas recomendações foram projetadas para auxiliar empresas e investidores a entender e avaliar os riscos e

oportunidades associados às mudanças climáticas. **O objetivo da TCFD é melhorar a transparência e a consistência nas divulgações financeiras relacionadas ao clima, permitindo que as partes interessadas avaliem com mais precisão como as empresas estão gerenciando os riscos climáticos em seus negócios⁵.**

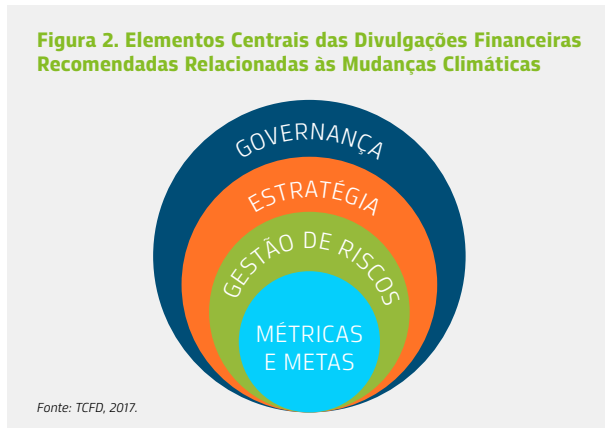
3. PNUMA, 2006.

4. TCFD, 2024.

5. TCFD, 2017.

Como Funciona?

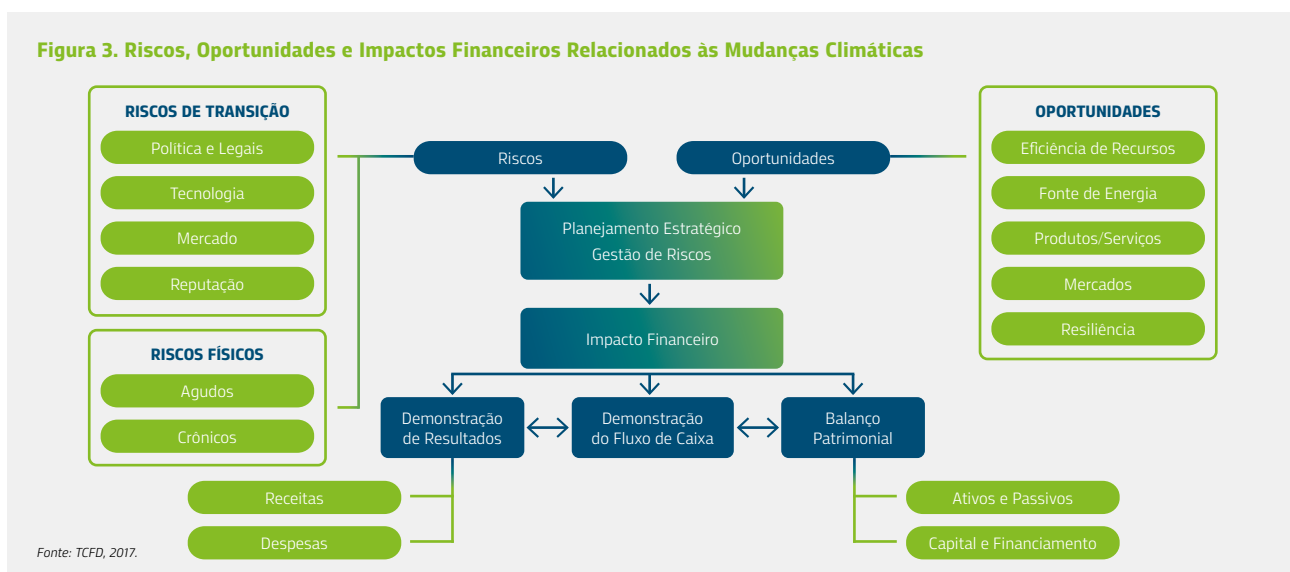
A *Task Force* organizou suas sugestões em torno de quatro áreas principais que representam os elementos centrais das operações das organizações - governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas (**Figura 2**).



As quatro recomendações gerais são apoiadas por divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas - chamadas aqui de **divulgações recomendadas** - que constituem um conjunto de informações que auxiliarão investidores e outros públicos a compreender o posicionamento das organizações em relação aos riscos e oportunidades ligados às mudanças climáticas⁶. **Adicionalmente, a TCFD oferece diretrizes para todas as organizações desenvolverem suas divulgações financeiras conforme as recomendações, incluindo diretrizes específicas para setores distintos.**

Governança: busca visibilizar a forma como a governança corporativa integra e avalia riscos e oportunidades climáticas, incluindo o papel dos órgãos de administração na supervisão dessas questões. A Força-tarefa também oferece orientações sobre como as responsabilidades relacionadas ao clima são atribuídas dentro da organização. Nesse contexto, recomenda-se que as empresas detalhem a supervisão dos riscos e oportunidades climáticas pelos seus órgãos de administração, demonstrando como essas questões são integradas nos processos de governança.

Estratégia: estabelece recomendações e diretrizes para as empresas divulgarem informações sobre como identificam e avaliam riscos e oportunidades climáticas com potencial de impactar em suas atividades e resultados financeiros em curto, médio e longo prazo (Figura 3). Entre as recomendações, a Força-tarefa sugere às empresas descrever o impacto dos riscos e oportunidades associados ao clima nos negócios da organização, na estratégia e no planejamento financeiro. Por último, as empresas são convidadas a descrever a resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários climáticos, incluindo um cenário de 2°C ou inferior. No âmbito dos riscos das mudanças climáticas, como ilustra a **Figura 3**⁷, foram divididos em duas categorias principais: (i) riscos de transição; (ii) riscos físicos.



⁶ As orientações complementares da Força-tarefa estão incluídas no Suplemento e cobrem o setor financeiro e indústrias não financeiras potencialmente mais afetadas pelas mudanças climáticas e pela transição para uma economia de baixo carbono (chamadas aqui de grupos não financeiros). As orientações complementares auxiliam as organizações que estejam se preparando para divulgar, trazendo contexto adicional e sugestões para a implementação das divulgações recomendadas, e devem ser utilizadas em conjunto com as orientações para todos os setores.

RISCOS DE TRANSIÇÃO: abrangem mudanças de políticas, legais, tecnológicas, de reputação e de mercado que podem ser implementadas por agentes públicos e privados para cumprir os requisitos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono é um desafio complexo que exige adaptação às diversas dimensões envolvidas. Desde a adoção de políticas promotoras de práticas sustentáveis até a implementação de tecnologias inovadoras para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, as transformações necessárias são abrangentes e impactam profundamente as estratégias empresariais. Dessa forma, a transição também acarreta riscos financeiros e de reputação. Empresas que não se adaptam rapidamente ou que não integram eficazmente critérios ambientais, sociais e de governança em suas operações correm o risco de enfrentar consequências adversas. É fundamental que as organizações compreendam e gerenciem esses riscos para se posicionarem de maneira sustentável.

RISCOS FÍSICOS: são aqueles resultantes de eventos (agudos) ou de mudanças de longo prazo (crônicas) nos padrões climáticos. Estes podem gerar implicações de natureza financeira para as empresas, tais como danos diretos aos ativos, ou implicações indiretas causadas pela interrupção da cadeia de fornecimento. As organizações também podem enfrentar impactos negativos em seu desempenho financeiro decorrentes de mudanças na disponibilidade de serviços públicos essenciais, por mudanças extremas de temperatura e aumento do nível do mar nos locais onde possuem suas instalações ou realizam algumas das atividades associadas à cadeia produtiva dessa indústria.

OPORTUNIDADES: A TCFD incentiva as empresas a avaliar as oportunidades associadas aos esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, dependendo da região, do mercado e da indústria em que a empresa opera. Entre as oportunidades, destacam-se a eficiência de recursos e economia de custos, a adoção de fontes de energia de baixa emissão, o desenvolvimento de novos produtos e serviços, o acesso a novos mercados e a construção de cadeias de fornecimento mais seguras.

Gerenciamento de Riscos: estabelece recomendações sobre as informações que as empresas devem divulgar sobre seus processos de avaliação de riscos relacionados com as mudanças climáticas e o gerenciamento deles. Nesse sentido, as empresas também são recomendadas a descrever como esses processos de identificação, avaliação e gestão de riscos são integrados dentro da gerência de riscos de toda a organização. Entre as recomendações neste pilar, a Força-tarefa sugere que as empresas descrevam os processos da organização para identificar e avaliar os riscos climáticos. Também, são incentivadas a descrever os processos adotados para gerir os riscos climáticos. Por último, sugere-se que as empresas descrevam como os processos de identificação, avaliação e gestão de riscos climáticos são integrados ao plano de governança da organização.

Métricas e Metas: fornece orientações sobre a divulgação das métricas e metas utilizadas pelas empresas para avaliar riscos associados a

mudanças climáticas em linha com a estratégia e o gerenciamento de riscos. Nesse sentido, a TCFD fornece recomendações para a divulgação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de escopo 1, escopo 2, e, se apropriado, escopo 3, e os riscos relacionados a essas emissões. Igualmente, a Força-tarefa sugere descrever as metas utilizadas pelas organizações para gerenciar riscos e oportunidades, assim como métricas para medir seu desempenho.

Assim, ao avaliar os riscos e oportunidades específicos e determinar a resposta adequada, a organização pode analisar os impactos financeiros reais e potenciais sobre receitas, despesas, ativos, passivos, capital e financiamento. Da mesma forma, as quatro recomendações gerais auxiliam as empresas a divulgar informações úteis, permitindo que investidores e outros agentes entendam como as organizações avaliam os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, facilitando a tomada de decisões.

▣ Diretrizes para implementar as recomendações da TCFD

ESCOPO DA ABRANGÊNCIA

Todas as organizações com dívida ou renda variável listada em bolsa devem implementar as recomendações da TCFD para promover decisões de investimentos mais fundamentadas, empréstimos e subscrição de seguros.

Mesmo para organizações fora desse escopo, é encorajado que implementem as recomendações, considerando a relevância das questões relacionadas às mudanças climáticas em suas operações e estratégias.

Gestores e proprietários de ativos, como fundos de pensão, fundos patrimoniais e fundações, devem implementar as recomendações para proporcionar transparência aos seus clientes e beneficiários sobre o desempenho, riscos e escolhas de investimento relacionados ao clima.

ONDE FAZER A DIVULGAÇÃO

As organizações devem incluir a divulgação financeira relacionada às mudanças climáticas em seus principais relatórios financeiros anuais, conforme os requisitos de divulgação de seus países.



PRINCÍPIOS PARA UMA DIVULGAÇÃO EFICAZ



Representatividade das informações.



Confiança, auditabilidade e objetividade.



Especificidade e completude.



Clareza, equilíbrio e compreensibilidade.



Consistência ao longo do tempo nas informações.



Cumprimento dos prazos estabelecidos.



Comparabilidade das informações entre empresas do mesmo setor, indústria ou carteira.



▣ A importância da TCFD no setor de O&G

*O setor de energia possui um **potencial significativo para impulsionar o desenvolvimento sustentável e conter as mudanças climáticas**, mesmo diante do crescimento populacional. Esse potencial está vinculado à sua contribuição essencial para **viabilizar o desenvolvimento econômico das nações, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida**. Simultaneamente, o setor é convocado a liderar os esforços para **acelerar a descarbonização das matrizes energéticas**, fundamental para conter o aquecimento global.*



Considerando a crescente necessidade de energia de baixo carbono para atender à demanda futura e o fato de que **a Indústria de Óleo e Gás atualmente responde por mais de 50% da demanda global de energia primária⁸**, é fundamental que as empresas desse setor **comuniquem de maneira clara sua contribuição para uma transição energética justa**. Isso permitirá equilibrar as necessidades de mitigação das mudanças climáticas com os objetivos de **desenvolvimento econômico e social**.

▣ Orientações para a aplicação das recomendações da TCFD no setor de O&G

Conforme as diretrizes da TCFD, é essencial que as empresas do setor de Óleo e Gás baseiem suas estratégias em informações detalhadas sobre riscos físicos, riscos de transição, oportunidades e métricas pertinentes para enfrentar os desafios climáticos. Além das recomendações gerais da TCFD, existem orientações específicas para o

Neste contexto, a TCFD mostra-se essencial pois fornece diretrizes claras e estruturadas para a divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima. Essas recomendações não apenas **incentivam a transparência sobre os riscos e oportunidades climáticos** enfrentados pelas empresas de Óleo e Gás, mas também capacitam investidores e *stakeholders* a avaliar de forma precisa como essas organizações estão **alinhando suas estratégias** com os imperativos da transição energética global.

setor de energia que podem ser aplicadas para melhorar a transparência e a gestão dos impactos ambientais e financeiros⁹. **A seguir, apresentam-se exemplos concretos do cenário atual em cada um desses temas que são relevantes para o setor de O&G:**

⁸. BP, 2022.
⁹. TCFD, 2021.

RISCOS FÍSICOS

Vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos, como tempestades e inundações, que podem afetar as operações *offshore* e *onshore*.

Impactos da elevação do nível do mar e aumento da frequência de eventos climáticos extremos nas infraestruturas costeiras, nas instalações de produção e nas operações das empresas.

Escassez de água em áreas de alto estresse hídrico, o que pode afetar a disponibilidade e o custo de operações.

OPORTUNIDADES

O desenvolvimento e investimento em energias renováveis, como solar, eólica, e biomassa, oferecem oportunidades para diversificação do portfólio de energia das empresas de óleo e gás.

A implementação de tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) oferece oportunidades para mitigar as emissões de gases de efeito estufa durante a produção de petróleo e gás, melhorando a sustentabilidade ambiental das operações.

Investimentos em tecnologias e práticas que melhoram a eficiência energética nas operações de extração, processamento e distribuição de óleo e gás não apenas reduzem os custos operacionais, mas também diminuem as emissões de carbono associadas.

Engajamento em mercados de carbono e iniciativas de compensação de carbono, onde as empresas podem monetizar reduções de emissões de carbono e promover a inovação em soluções climáticas.

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias ambientais que possam reduzir impactos ambientais, como tecnologias de reciclagem de água, tratamento de resíduos e redução de emissões.

RISCOS DE TRANSIÇÃO

Mudanças nas políticas governamentais e regulamentações relacionadas ao meio ambiente.

Avanços tecnológicos em energias renováveis podem alterar significativamente o panorama competitivo e as estratégias de investimento do setor de Petróleo e Gás.

Mudanças nas políticas energéticas globais, como incentivos fiscais para energias renováveis, subsídios para tecnologias de baixo carbono e regulamentações mais rígidas sobre emissões de gases de efeito estufa, podem alterar o cenário competitivo e de demanda no setor de energia.

Mudanças na percepção do consumidor e preferências por fontes de energia renováveis podem impactar a demanda por produtos de Petróleo e Gás.

Inovações em tecnologias têm o potencial de mitigar significativamente as emissões de gases de efeito estufa de operações de Óleo e Gás. No entanto, essas tecnologias estão em estágio inicial de desenvolvimento e enfrentam desafios técnicos, regulatórios e econômicos significativos.

MÉTRICAS E INDICADORES

Emissões de gases de efeito estufa (GEE) por unidade de produção, como toneladas de CO₂ equivalentes por barril de petróleo equivalente (boe) produzido.

Quantificação dos recursos financeiros alocados para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de energia renováveis, de aumento de eficiência e de redução de emissões de GEE.

Percentual de água utilizada nas operações que é proveniente de fontes recicladas ou tratadas.

Número de incidentes adversos relacionados ao meio ambiente, como vazamentos de óleo, derramamentos ou poluição.

Proporção dos investimentos totais da empresa destinados a projetos de energia renovável em relação ao investimento total em todos os seus projetos de energia, indicando a diversificação do portfólio de energia da empresa em direção a fontes renováveis.





As **recomendações da TCFD** no setor de óleo e gás representam um **passo fundamental** para enfrentar os desafios climáticos e **assegurar um futuro sustentável**.

Ao integrar em suas estratégias informações detalhadas sobre riscos físicos, riscos de transição, oportunidades e métricas pertinentes, as empresas aumentam a transparência e melhoram a gestão de risco dos impactos ambientais e financeiros. A adaptação aos eventos climáticos extremos, como tempestades e escassez hídrica, bem como a preparação para mudanças regulatórias e tecnológicas, são fundamentais para a resiliência operacional. Além disso, o aproveitamento das oportunidades em energias renováveis, tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono, eficiência energética e mercados de carbono pode não apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também diversificar o portfólio do setor e promover a inovação.

Apesar do encerramento da *Task Force*, a responsabilidade pelo monitoramento e avanço

das divulgações relacionadas ao impacto das mudanças climáticas foi assumida pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), resultando nos novos padrões IFRS S1 e IFRS S2. Estes padrões incorporaram integralmente as diretrizes da TCFD, promovendo práticas mais transparentes e responsáveis em relação às questões climáticas. Ao adotarem essas diretrizes, as empresas de óleo e gás podem continuar contribuindo significativamente para a transição energética, alinhando-se às metas de mitigação das mudanças climáticas e garantindo sua sustentabilidade econômica e social a longo prazo. A integração diligente das recomendações agora sob o IFRS representa uma oportunidade estratégica para liderar a transformação necessária em direção a um futuro energético justo, equitativo e sustentável.



CONECTAR A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.



@ibpbr



/ibpbr



@IBPbr

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Av. Almirante Barroso, 52 - 21º e 26º andares - RJ - Tel.: (21) 2112-9000
ibp.org.br | relacionamento@ibp.org.br